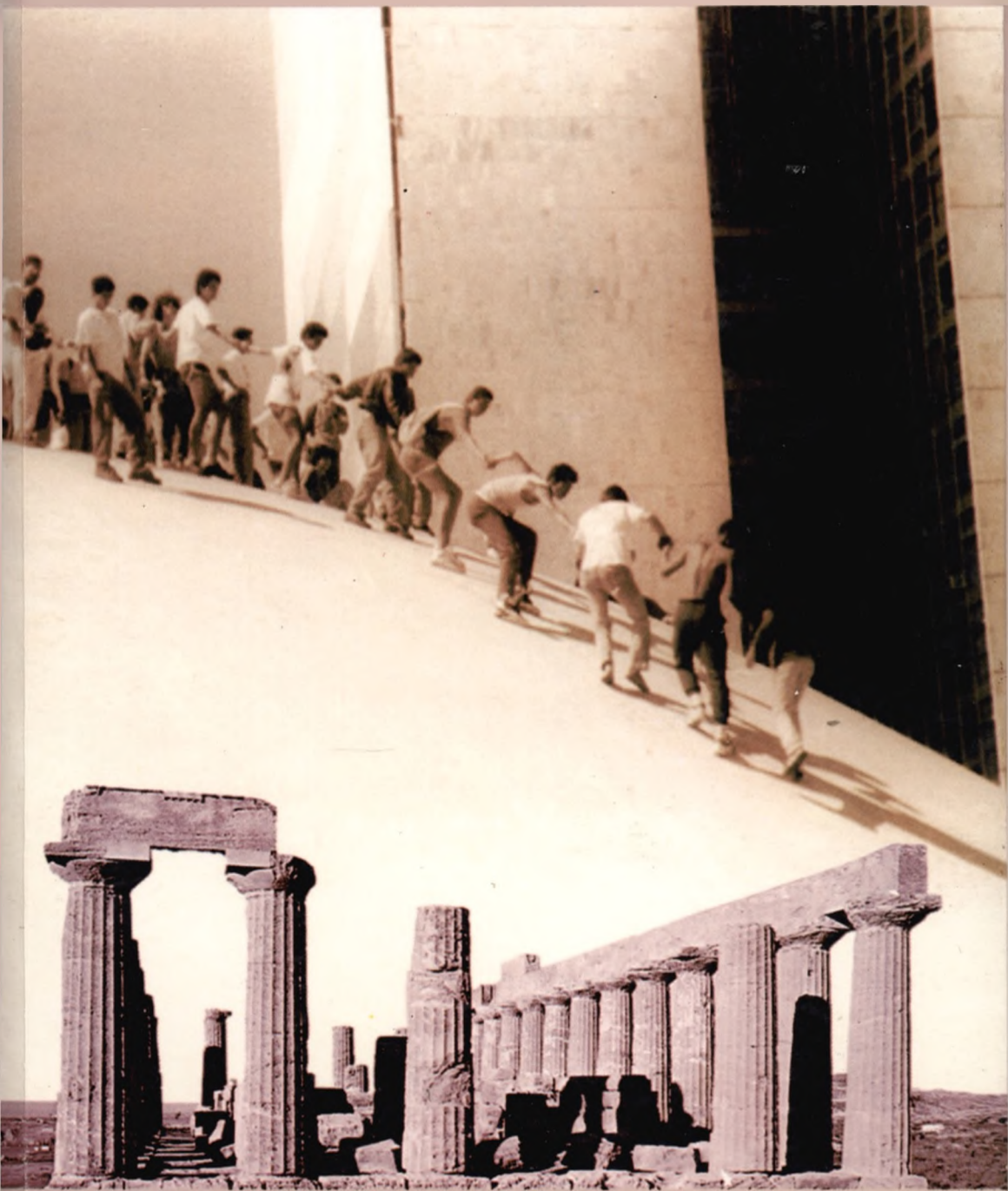


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jelju Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

II - DEMOCRACIA: DAS ORIGENS À MODERNIDADE

CELEBRANDO 2.500 ANOS DE DEMOCRACIA

Alexander Vayenás
Embaixador da República Helênic no Brasil

Há quatro anos, foi celebrado na Grécia o aniversário dos 2.500 anos da instauração das instituições democráticas em Atenas pelo legislador Clístenes, em 508 a.C. O evento mais importante dessa celebração foi realizado em Pnyka, em frente à Acrópolis de Atenas, no exato lugar onde se reunia, na Antigüidade, a Eclésia do povo, a saber, a Assembléia Geral de todos os cidadãos atenienses que decidia sobre assuntos referentes à cidade.

Para as festividades do aniversário da democracia foram convidados e compareceram todos os presidentes dos parlamentos e senados dos países-membros da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa, os Presidentes do Parlamento Europeu e da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, assim como outras altas personalidades do mundo inteiro.

Naquela ocasião, a Universidade de Atenas organizou um simpósio filosófico sob o tema “A democracia grega e sua mensagem para as sociedades atuais”, enquanto que outras manifestações do mesmo tipo foram organizadas também pelas universidades de Thessaloniki, de Ioannina, do Egeu e de Creta.

É uma feliz coincidência que o Simpósio Florestan Fernandes se junte ao ciclo dessas manifestações e fico contente porque me é dada a oportunidade de falar sobre o mesmo assunto inaugurando este evento.

O que significa democracia? Por 2.500 anos, todos os intelectuais falam e escrevem sobre a democracia e tentam dar, de modo muitas vezes contraditório, sua definição e seu conteúdo. Péricles, o grande líder ateniense da era clássica, em seu famoso discurso fúnebre, o “Epitáfio”, deu a definição da democracia. Diz ele que o regime ateniense se chama democracia pois o governo do estado não está nas mãos de poucos, mas de muitos. A igualdade de justiça para todos é assegurada através das leis e qualquer cidadão, qualquer que seja sua condição social, pode ter acesso a cargos públicos, uma vez que ele se destaca em determinada área.

Para os gregos antigos, a liberdade de expressão e a igualdade de direitos eram os princípios fundamentais da democracia. Para os contemporâ-

neos, esses princípios são desenvolvidos em eleições livres, multipartidarismo e direitos humanos. No entanto, podia-se dizer que a melhor definição é dada pela própria palavra democracia, que significa a dominação do povo, o poder do povo. Mas, para todos, o conteúdo da democracia era e continua sendo a liberdade, que constitui o maior bem do homem.

Os filósofos antigos, como Platão e Aristóteles, conceberam a democracia como a expressão máxima da paixão dos gregos pela liberdade. As duas palavras, democracia e liberdade, têm um sentido praticamente igual. A liberdade constitui para o ser humano seu modo ideal de vida, e para a democracia ela é sua consolidação institucional.

Tanto Platão como Aristóteles, que estudaram sistematicamente a política, conceberam, com pequenas diferenças, seis diferentes regimes políticos, com base no que conheciam das evoluções políticas no mundo grego de sua época. Desses seis regimes, três são positivos e outros três negativos, considerados como desvios dos primeiros. Os três regimes positivos são: a monarquia, que é o poder de um; a aristocracia, o poder de poucos e a democracia, o poder de muitos. Esses três regimes tornam-se negativos quando decaem: a monarquia vira tirania, a aristocracia, oligarquia e a democracia, oclocracia, quer dizer, poder abusivo do povo que não respeita as leis.

Do ponto de vista histórico, o começo da democracia é situado no ano 508 a.C., com as reformas instituídas pelo grande legislador, Clístenes, reformas estas que vinham como uma reação aos regimes anteriores da monarquia que tinha virado tirania e da aristocracia.

Menos conhecido que Solón e Péricles, pois ele não teve a chance de ter como historiador um Heródoto ou um Tucídides, Clístenes é considerado o verdadeiro pai da democracia.

Com o propósito de assegurar os direitos políticos dos cidadãos atenienses, restringindo ao mesmo tempo os possíveis abusos por parte dos que estavam no poder, Clístenes colocou sob a competência dos órgãos representativos do povo a totalidade dos poderes políticos e a maior parte dos judiciários.

Os órgãos representativos do povo eram: a Eclésia, entidade essencial do poder desde antigamente, e a Bule dos 500, criada pelo antecessor de Clístenes, Solón, mas à qual Clístenes deu um papel mais importante. A Eclésia, a partir do século VI a.C., não somente discutia as propostas dos arcontes e as modificava como também tomava decisões. Constata-se aqui uma semelhança da estrutura democrática da Antiguidade com o sistema bicameral que conhecemos nas constituições atuais.

A escolha para os órgãos do governo era feita através de sorteio e era proibido a um mesmo cidadão exercer a mesma função duas vezes, com a única exceção dos 10 generais que podiam ser reeleitos.

As instituições que ajudavam no exercício legal do poder eram três: a prestação de contas, o ostracismo e a denúncia por escrito de eventuais ilegalidades, e davam o direito a qualquer cidadão de exercer seu controle sobre os arcontes e os políticos que abusavam do poder. Com a primeira, os arcontes deviam prestar contas sobre o seu modo de exercer o poder. Com o ostracismo, a cada ano, era exilado, por dez anos, da cidade de Atenas, um político considerado, por sua influência, perigoso para a democracia. Esse, porém, devia permanecer nas regiões adjacentes para que a Eclésia pudesse chamá-lo de volta quando isso fosse necessário.

Finalmente, a denúncia por escrito oferecia a qualquer cidadão a possibilidade de dirigir-se por escrito à Eclésia e à Bule sobre qualquer projeto de lei ou outra proposta, denunciando que se trata de um ato ilegal. A Eclésia ou a Bule eram obrigadas a interromper a discussão da proposta e discutir a denúncia do cidadão. Essa era a medida mais severa da democracia na sua prática cotidiana e completava a instituição de prestação de contas.

Porém, muito mais que a estrutura da máquina política e administrativa, a democracia ofereceu ao povo duas grandes conquistas. A primeira conquista democrática foi a *liberdade de expressão*, a liberdade de criticar publicamente os que estão no poder. Outra conquista foi a *igualdade de direitos*, que permitiu o acesso de todos os cidadãos livres ao poder. Todos esses cidadãos podiam eleger e ser eleitos e ainda faziam parte da Eclésia e podiam denunciar aqueles que pressionavam ou prejudicavam uma terceira pessoa, ainda que essa última fosse um escravo.

As reformas de Clístenes foram impostas num período decisivo, não somente para a Grécia como também para a civilização ocidental em geral, pois, poucos anos depois, começaram as guerras médicas, as guerras contra os persas. A história da Grécia e do Ocidente teria sido diferente sem as reformas de Clístenes. Elas permitiram as grandiosas vitórias contra os persas em Maratona e Salamina, pois os soldados e os marinheiros atenienses eram, em sua grande maioria, cidadãos livres que não combatiam para um imperador mas pela sua pátria, sua cidade e o direito de viver nela com liberdade e de acordo com as leis preestabelecidas.

Mas não somente em Atenas floresceu a democracia. Em quase todas as cidades-estado gregas daquela época encontramos elementos democráticos. Até na conservadora Esparta nota-se que, apesar de seu regime altamente disciplinado, houve liberdades democráticas como, por exemplo, a conces-

são do direito de eleger e ser eleito, que ocorreu antes de ocorrer em Atenas, no século VII a.C. Além disso, todos os cidadãos podiam ser eleitos éforos, a saber, governadores, que, durante uma fase, dividiram o poder com os reis, mas, no final, acabaram prevalecendo. Eles controlavam os reis, senadores e toda a máquina administrativa e sua opinião tinha valor decisivo nos assuntos da cidade. Quanto aos reis, eles eram eleitos, quer dizer, não havia monarquia hereditária, e eram sempre dois, um reinando e o outro liderando o exército nas campanhas. Essa idéia da existência de dois reis é repetida hoje nos regimes presidenciais com um presidente e seu vice, o que garante a continuidade do poder durante as eventuais ausências do chefe-de-Estado.

Percebemos, pelo que acabamos de dizer, que tanto Atenas como Esparta caminharam em direção à democracia, em tempos diferentes, em ritmo diferente e com resultados diferentes. Esparta antecedeu Atenas em vários pontos mas Atenas foi mais longe. Atenas caminhou para a democracia direta: no regime em que predominava o povo através de sua Eclésia. Esparta, ao contrário, aproximou-se da democracia indireta, a democracia representativa: os éforos representavam o povo, o *demo*, mas não eram controlados por ele. Ambos os regimes provaram que eram fatores de estabilidade e força para os Estados que os conceberam e aplicaram.

No assim chamado “século de ouro” ateniense, o século V a.C., quando na cidade de Atenas floresceram as letras, as artes e todas as expressões do pensamento e da criação livres do ser humano, Péricles, apesar de ser na verdade um “arconte” absoluto da cidade, aceitou os ideais da democracia e tentou encontrar neles o equilíbrio clássico.

No que diz respeito à política social da democracia, ela reconhece como responsabilidade essencial do Estado assegurar a vida e a liberdade de seus cidadãos. A previdência para com as camadas mais pobres já havia preocupado antigamente os aristocratas. Na época de Péricles, foi instituído o pagamento de uma indenização diária a qualquer cidadão exercendo funções públicas, fosse no conselho, magistraturas e tribunais, fosse como soldado ou marinheiro em campanha.

Além disso, o regime democrático tentava assegurar a proteção social dos cidadãos. O Estado tinha a obrigação de suprir às necessidades dos pais, filhos e irmãos menores dos militares que haviam morrido nas guerras da pátria. Mais especificamente, os órfãos eram postos sob a guarda do arconte, até chegarem à maioridade, e o Estado se ocupava de sua instrução e supria as suas necessidades de sobrevivência.

Um só ponto é considerado negativo no regime democrático da Antiguidade grega. Trata-se da instituição da escravidão. De acordo com os cálculos dos especialistas, devia haver cerca de 150.000 escravos vivendo na época do apogeu da civilização ateniense.

A situação deles, porém, do ponto de vista do direito civil, era bem melhor daquela dos escravos na antiga Roma.

Apesar da passagem dos séculos, o espírito da democracia da Grécia Antiga continuou vivo, primeiro através de Roma, cuja república se baseou na democracia grega. As civilizações modernas também receberam os ensinamentos da era clássica e da democracia. A instituição da república parlamentar, desde os seus primeiros passos na época da Carta Magna na Inglaterra até sua estruturação sistemática com as revoluções americana e francesa, usou como modelo a democracia grega e as reformas de Clístenes.

Quanto ao regime político da Grécia de hoje, este é o regime de uma república parlamentar, baseada na soberania do povo e no princípio da representatividade. É um regime monocameral com a separação tradicional dos três poderes.

Poder-se-ia perguntar: depois de tantas reviravoltas no decorrer dos séculos, qual é a posição da democracia no mundo atual? Podemos afirmar que a democracia finalmente triunfou em nossa época. As lutas pela democracia e a liberdade encontraram hoje sua justificação em escala mundial. Uma justificação pela qual a Grécia sente muita satisfação por razões óbvias.

O exemplo mais recente de democratização constituem os países da Europa Oriental que procuraram fugir de regimes totalitários. Nesses países, importantes transformações constitucionais, sociais e econômicas estão sendo atualmente operadas com todo o cuidado que é necessário nesses casos de modificações radicais. Para que essas transformações tenham êxito, é necessário que as instituições que as consolidam correspondam às condições especiais de cada povo, respeitando-se sempre os conhecidos princípios fundamentais da democracia. Essa necessidade de adaptação foi detectada, além de Aristóteles, pelo sábio Solón que ao ser indagado: “qual é o melhor regime?”, antes de responder, perguntou por sua vez: “para que povo e para qual país?”. Isso significa que governo e povo deverão demonstrar que são capazes de avaliar as particularidades desse país e nelas adaptar os princípios básicos da democracia, a fim de evitar o risco de falhar, provocando decepções.

Ninguém hoje duvida que a democracia é o melhor regime que inventou a humanidade. Ou o menos ruim de todos os outros, como diriam os pessimistas. Talvez a melhor confirmação da superioridade do regime demo-

crático seja, na minha opinião, o fato que todos os regimes não democráticos, falsificando a realidade, se autodenominam democracias.

De toda forma, a humanidade já entrou numa nova fase de sua história: entrou no século do triunfo da democracia. Fazemos votos e esperamos que todos os homens da Terra poderão desfrutar da liberdade e saberão usá-la devidamente.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514